

## A EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Renata Epaminondas de Lima<sup>1</sup>  
Thais Oliveira de Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

Comumente é atribuída ao professor de ciência e biologia a responsabilidade de trabalhar a educação sexual na escola. No entanto, em se tratar de conteúdo transversal pelos PCNs, a Orientação Sexual é responsabilidade de todos os profissionais da educação, sendo importante que esteja incluída na formação inicial docente. Diante do exposto nos questionamos de que forma a educação sexual está sendo trabalhada na formação de professores do curso de Biologia da Universidade Federal da Paraíba. Assim, esse trabalho tem como objetivo discutir a importância da inclusão dos temas sexualidade e gênero na formação inicial docente em biologia, buscando verificar disciplinas que abordem a temática, refletindo sobre seus conteúdos e evidenciando lacunas em sua implementação. Para o desenvolvimento da pesquisa, buscamos coletar os dados no portal da coordenação do curso. Encontramos três disciplinas que abordam a temática gênero e sexualidade, sendo elas: Educação e Inclusão Social e Educação em Saúde nas Escolas como conteúdos curriculares obrigatórios, e Educação Sexual, de caráter optativo. A disciplina de educação sexual sugere uma discussão completa da sexualidade como construção social, já Educação em Saúde nas Escolas sugere a discussão de forma superficial. A Educação e Inclusão Social sugere a discussão dessa temática, mas de forma implícita, sem mencionar gênero e sexualidade ou quaisquer termos a eles associados. Incluir disciplinas que abordem a sexualidade de forma obrigatória nos currículos dos cursos de licenciaturas assegura a formação de professores preparados para o trabalho de educação sexual eficaz no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Formação Docente, Componente Curricular, Sexualidade, Gênero.

### INTRODUÇÃO

Historicamente, observamos na literatura acadêmica, o docente de ciência e biologia como sendo o responsável por incluir o tema sexualidade na escola. Porém, verificamos um tratamento essencialmente biológico dos temas referentes à sexualidade, focado em Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez precoce, sistema

---

<sup>1</sup> Graduada do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal - UFPB, [renata.epaminondas@hotmail.com](mailto:renata.epaminondas@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora orientadora: doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Assis, Professora do Departamento de Fundamentação da Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [thais.oliveira@academico.ufpb.br](mailto:thais.oliveira@academico.ufpb.br)

reprodutor feminino e masculino. Entendemos que esse tipo de abordagem superficial não contempla a dimensão do que é a Educação Sexual, sendo consideração insuficiente, pois não atende as necessidades e demandas de dúvidas e curiosidades que surgem entre crianças e adolescentes a respeito da sexualidade.

É necessária, na escola, uma Educação Sexual voltada ao conhecimento e entendimento da sexualidade como uma dimensão humana, que envolve diversos aspectos, como psicológico, afetivo, social, e não apenas voltada a uma concepção biológica e higienista, tratando de questões anatômicas, fisiológicas e de prevenção como vemos de costume, e que esse trabalho ocorra não somente nas aulas de biologia, mas, como os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998) apontam, em todas as áreas de ensino, de forma transversal, contribuindo para o debate completo sobre a temática e contemplando as necessidades dos educandos.

O ambiente escolar para Educação Sexual é um espaço de troca, onde os conhecimentos de alunos (as) e professores (as) podem e devem ser expressados por meio de diálogos, os quais permitem o acesso a novas informações, o confronto de ideias e a desconstrução de preconceitos. No entanto, trabalhar a sexualidade de forma dialógica na escola parece ser um desafio para muitos professores, isso em decorrência do despreparo docente. De acordo com Santos *et al* (2011), os autores López (1990) e Silva (1998) apontam a formação acadêmica inicial com conhecimentos restritos na área, como origem da causa de despreparo. Além disso, a carência de uma formação continuada, e o apego a valores e crenças adquiridos ao longo da vida, torna-se um desafio constante para esses profissionais.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) conta com a oferta da disciplina de Educação Sexual para diversas licenciaturas, porém, em caráter optativo, com uma pequena carga horária. A disciplina apresenta grande importância na abordagem de seu conteúdo na formação docente, pois contribui para reflexões acerca de preconceitos obtidos durante a vida pessoal e escolar, possibilitando desconstruções e um novo modo de pensar sobre a sexualidade. Além disso, oportuniza a compreensão da relevância do estudo da sexualidade humana no ambiente escolar, o que consideramos como ponto de partida para que, futuros profissionais de educação consigam desenvolver bem o trabalho de educação sexual quando for necessário.

Diante do exposto nos questionamos de que forma a educação sexual está sendo trabalhada na formação de professores do curso de Biologia da UFPB. Assim, esse

trabalho tem como objetivo discutir a importância da inclusão dos temas sexualidade e gênero na formação inicial docente em biologia, buscando verificar disciplinas que abordem a temática, refletindo sobre seus conteúdos e evidenciando lacunas em sua implementação.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

O estudo é teórico de natureza exploratória, com utilização de uma abordagem qualitativa, realizando uma pesquisa documental. O mesmo foi realizado no Campus I da UFPB, especificamente no Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Para coleta de dados dessa pesquisa foi utilizado o portal eletrônico da Coordenação do Curso de Ciências Biológicas (CCCB), na aba 'Legislação' a qual disponibiliza informações referentes ao mesmo, inclusive o Projeto Pedagógico do Curricular (PPC) do curso e as ementas das disciplinas. Foram encontradas e analisadas três disciplinas nos últimos PPCs, sendo elas Educação e Inclusão Social e Educação em Saúde nas Escolas como conteúdos curriculares obrigatórios, e Educação Sexual, de caráter optativo. As disciplinas foram analisadas dando destaque aos conteúdos trazidos em suas ementas e as lacunas presentes em sua implementação no curso.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Educação Sexual refere-se à ação que possibilita a formação de valores e atitudes, por isso precisa ir além do fornecimento de informações, contando com o esclarecimento de preconceitos e tabus sexuais, a fim de promover reflexões, conscientização e mudança de comportamentos (BONFIM, 2012).

Figueiró (2017) destaca que a educação sexual ocorre primeiramente na família, tendo apoio complementar da escola em seguida. O ambiente escolar, destinado para a formação completa dos educandos, é propício para construção de valores como o respeito e a solidariedade quando valoriza o diálogo entre os alunos e destes com os professores. Furlani (2013) menciona a seguinte afirmação de Louro (1999, p. 80): "É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria

produz”. Nesse sentido, a escola, designada a implementação desse trabalho, precisa não apenas promover mudanças em suas perspectivas de construção curricular, mas que seus profissionais estejam preparados para transformações de ações, com a inserção de discussões sobre questões relacionadas à sexualidade em suas práticas, intervindo sempre que houver necessidade, garantindo que os objetivos propostos sejam contemplados.

A Orientação sexual, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), deve ser implementada de forma transversal, o que significa que todos os docentes precisam estar preparados.

O que se pode perceber na prática é que não há implementação desse trabalho na maioria das escolas, e que por déficits de sua formação muitos professores não possuem conhecimentos se quer do que é Educação sexual e qual a sua relevância na formação dos educandos. Ao encontro dessa realidade, Junqueira (2009, p. 34) enfatiza: “Profissionais da educação, no entanto, ainda não contam com suficientes diretrizes e instrumentos adequados para enfrentar os desafios relacionados aos direitos sexuais e à diversidade sexual”. A forma de encarar situações de preconceito e violências no ambiente escolar, a neutralidade e resistência em tratar de temas sobre sexualidade, o medo de contrariar as opiniões dos pais, são alguns exemplos que sugerem a presença de obstáculos nesse trabalho. A formação docente deve oportunizar aos professores a reflexão e reconstrução de seus valores, crenças e atitudes ligadas à sexualidade, promovendo também o entendimento da importância de trabalhar a sexualidade na escola e conseqüentemente sua realização de forma responsável e consciente.

A formação docente geralmente está centralizada na visão biológica da sexualidade, por isso Bonfim (2012) acredita que uma reeducação sexual para todos seja necessária para melhorar esse quadro.

Não se faz educação sexual de maneira dogmática ou doutrinária. Não se pode sustentar um projeto de educação sexual sobre o voluntariado espontaneísta, mesmo aquele carregado de boas intenções e altruísmo. A vontade deve ser o motor das práticas transformadoras, mas estas somente se completam com a consciência crítica que deve ser sistematicamente buscada pela ciência e pelo trabalho intelectual de pesquisa e aprofundamento, ou seja, pela formação (BONFIM, 2012, p. 65).

Bonfim (2009) enfatiza a necessidade da inserção de disciplinas na grade curricular das licenciaturas que preparem os professores para o trabalho da sexualidade que ultrapasse o fornecimento do conteúdo biológico, e evidencia que

[...] as disciplinas pedagógicas atualmente oferecidas nos cursos de Licenciatura são insuficientes para formar educadores sexuais, no ideal que logramos defender. As disciplinas específicas são fundamentais para a formação de conhecimentos biológicos necessários à atuação profissional do biólogo/bacharel, mas não dão conta de atender, também, à formação docente, pois a atual matriz curricular dos cursos de graduação em Ciências Biológicas mostra claramente que as disciplinas oferecidas privilegiam a formação do Bacharel, deixando lacunas pedagógicas na formação do Licenciado em Ciências Biológicas (BONFIM, 2009, p. 168).

O que se pode perceber por meio da literatura e com base nas reais situações do cotidiano escolar é que o Licenciado em Ciências Biológicas, mesmo detendo o conhecimento biológico da sexualidade, não se sente preparado para abordar a temática na sala de aula ou intervir quando necessário. Há uma lacuna que evidentemente aponta para a falta de conhecimentos que os levem a compreender a sexualidade como construção humana, e não apenas em seus aspectos de prazer e reprodução. É necessário voltar-se para a superação desse reducionismo que impede o avanço do trabalho de educação sexual.

Para efetivação desse trabalho, é importante que o licenciado em Ciências Biológicas

[...] seja sensibilizado e formado a compreender as demais áreas e ciências, sociais e históricas, como componente estrutural de seu agir e saber científico, de sua potencialidade educacional e pedagógica. Essa transformação requer passos e compassos cumulativos, a crítica, a proposta, a formação de consensos, a produção de referenciais teóricos, de subsídios didáticos, de agentes emancipatórios, enfim, na lenta e consequente superação dos marcos tradicionais pelos novos elementos orgânicos da dinâmica social e política revolucionária (BONFIM, 2009, p. 175).

Incluir os temas sexualidade e gênero no currículo implica em uma reeducação sexual dos docentes, impedindo que em sua atuação visões equivocadas sobre gênero e sexualidade sejam disseminadas, e que também seja vedada a produção e perpetuação de preconceitos e discriminações, garantindo consequentemente que a orientação sexual favoreça a emancipação dos educandos no ensino básico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Atualmente, muito se fala sobre a ausência de disciplinas que discutem os termos gênero e sexualidade na grade curricular dos cursos de licenciatura. Uma lacuna que evidencia o despreparo docente para o trabalho de educação sexual, e que lamentavelmente se faz presente em nossa universidade e no nosso curso. Encontramos

em nossa pesquisa apenas três disciplinas que trabalham a temática em questão, sendo duas de caráter obrigatório e uma optativa.

A disciplina de Educação Sexual é ofertada no curso de Ciências Biológicas da UFPB como Conteúdo Complementar Optativo, com uma carga horária de 45 horas e apresenta a seguinte ementa: Atitudes e valores com relação à educação sexual. A filosofia da educação sexual. Desenvolvimento psicosexual: infância, adolescência e idade adulta. Educação sexual na família e na escola: metodologia e linguagem. Manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial. A evolução da educação sexual. Sexualidade e historicidade. A dimensão social da sexualidade

Com base no que foi colocado até aqui, a ementa explanada acima contempla a formação necessária para o professor que recebe o papel de educador sexual já que sugere a superação da abordagem reducionista da sexualidade, pautada em aspectos reprodutivos e na promoção de saúde. No entanto, o tempo disponibilizado para a discussão de temas tão relevantes é mínimo perto da carência que os discentes apresentam de uma educação sexual emancipatória. Figueiró (2006) define a abordagem emancipatória ou política da educação sexual como aquela que, além de reconhecer como importante a vivência positiva e saudável da sexualidade, é caracterizada por entender a orientação sexual como indispensável na transformação social, principalmente na transformação dos padrões de relacionamento sexual, adotando o método de discussões sobre questões de relações de poder, igualdade de gênero, respeito às diferenças, o erotismo, entre outros.

Para o melhoramento do trabalho da disciplina de Educação Sexual, acreditamos que seria interessante um estudo de leis e documentos de educação (LDB, PNE, BNCC, PCNs) de forma a refletir se direcionam o trabalho de educação sexual emancipatória e sem reducionismos.

Nesse sentido, incluí-la na grade curricular como conteúdo complementar obrigatório amenizaria esse problema que ameaça a formação completa do licenciando em biologia. Isso, além de garantir que todos os discentes tenham acesso a esse conhecimento, e em um tempo mais favorável, também possibilitaria a interação do conteúdo com outras disciplinas de forma a contemplar adequadamente o estudo da sexualidade. Porém, um fato que deve ser mencionado é que a partir do PPC 2018 a disciplina não aparece mais na grade curricular nem como conteúdo curricular optativo.



Como componente curricular obrigatório que aborda a sexualidade no curso temos a disciplina de Educação em Saúde nas Escolas, com Carga horária de 60 horas e que traz em sua ementa o tópico “Corpo, Gênero, Sexualidade - DST-AIDS versus Escola”. Evidentemente sugere uma sexualidade trabalhada em sua abordagem biológica, superficial, que como já foi mencionado no decorrer do trabalho não favorece conhecimentos necessários para responder dúvidas, questionamentos e curiosidades e nem para resolver problemas que surgem na escola. É válido mencionar que a inclusão desse tópico nesse componente curricular se deu recentemente a partir do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do ano de 2018, e que antes disso, raramente alguma outra disciplina trazia essas questões para serem discutidas no curso de biologia.

O componente curricular obrigatório Educação e Inclusão Social, com carga horária de 30 horas posto no PPC 2015 tem como ementa: Impactos dos processos de inclusão nas práticas escolares. O (a) professor (a) pesquisador (a), a noção de inclusão social e direitos humanos. A Educação Inclusiva e Políticas Públicas. Desigualdade Social e Diversidade. Percebemos que a partir do PPC 2018 já não temos a oferta na grade curricular desse componente que possibilitava a discussão do tema sexualidade e gênero no curso.

O fato de não termos a inclusão da disciplina de Educação sexual como obrigatória no curso, além da retirada de disciplinas que permitem o debate sobre gênero e sexualidade, é inquietador diante de sua relevância em favorecer ao docente conhecimentos para lidar com as diversas questões da sexualidade. Não adianta os documentos oficiais da educação e aqueles que orientam o trabalho docente exigirem e sugerirem a inclusão dos temas sobre sexualidade no contexto escolar se na prática parece uma missão impossível já que não há a oferta pelas universidades, e nem de políticas educacionais pelo Estado, de uma formação que garanta aos professores a oportunidade de se reeducarem sexualmente de forma crítica e emancipatória, reconhecendo a importância da educação sexual, para que consigam desempenhar o papel de educador sexual, independentemente de sua área de atuação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa nos revela lacunas em relação à abordagem da educação sexual no curso. Apresenta poucas disciplinas que oportunizam o debate das questões ligadas a

sexualidade, e de forma preocupante aponta para extinção das disciplinas de Educação Sexual e Inclusão Social da grade curricular do curso. Além disso, os conteúdos dispostos nas ementas das disciplinas obrigatórias estão em tópicos que sugerem tratar superficialmente do tema (Educação em Saúde nas Escolas), ou estão implícitos, podendo ou não serem trabalhados no curso (Educação e Inclusão Social).

Podemos perceber também a ausência de um documento normativo que estabeleça a implementação de forma obrigatória da disciplina de Educação sexual, que permite o estudo da sexualidade como construção social, ficando a mesma propensa a desaparecer completamente do curso.

Diante dessas percepções, destacamos a necessidade de investimentos na formação inicial docente, no que diz respeito à abordagem da sexualidade humana no curso de Biologia, e concluo que essa pesquisa apresenta relevância para que possamos refletir e tomarmos consciência de nossas perdas no âmbito acadêmico que acarretam déficit em nossa formação docente em biologia e futura atuação como educadores sexuais, além de poder fornecer conteúdos básicos para pesquisas mais elaboradas.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.394** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1996.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 13.005**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018.
- BRASIL. **PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas: contradições, limites e possibilidades**. Tese (Doutorado). Campinas, SP: [267 p.], 2009.
- BONFIM, Cláudia. **Desnudando a Educação Sexual**. Campinas- SP: Papirus, 2012.



FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais:** adiar não é mais possível. Londrina, PR: Eduel, 2006.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A Educação Sexual é papel da escola ou da família?**, Educação sexual para ser feliz. 14 de nov. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WkmYVr5UGus>. Acesso em: 09 de março de 2021.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira L. **Corpo, Gênero e Sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 67-81.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SANTOS, W.B; CARDOSO, R; ALMEIDA, J.S.M; MOREIRA, F.A. EDUCAÇÃO SEXUAL COMO PARTE CURRICULAR DA DISCIPLINA DE BIOLOGIA E AUXÍLIO A ADOLESCENTES: DIFICULDADES E DESAFIOS. **Experiências em Ensino de Ciências**, Uberlândia, MG, v.6, n.2, p. 7-18, 2011.

UFPB. Coordenação de Ciências Biológicas- CCCB- Centro de Ciências Exatas e da Natureza- CCEN- Disponível em: <http://www.ccen.ufpb.br/cccb/contents/menu/documentos-licenciatura>. Acesso em 09 de março de 2021.